

OMC: COMO A EXPLORAÇÃO VIRA REGRA

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995 para definir regras para o comércio e os investimentos internacionais. O princípio dessas regras é a liberalização do comércio. Trata-se de abrir os mercados dos países através de acordos comerciais, para que possam ser explorados pelas empresas e investidores transnacionais. Embora esses acordos sejam definidos como "comerciais", dizem respeito a muito mais do que a compra e venda de coisas – as decisões da OMC têm conseqüências diretas sobre a vida e os direitos das pessoas.

A função da OMC é escrever uma declaração universal dos direitos do capital. Em nome da competição e do mercado, as regras servem para controlar o que fazem os governos, de modo que ninguém mais possa

controlar o que fazem as grandes multinacionais que sustentam o poder dos países imperialistas. A agricultura é um dos setores mais importantes das negociações que acontecem na OMC. Nas duas últimas reuniões ministeriais da Organização quase tudo girou em torno dos possíveis acordos entre os países sobre as regras para o mercado internacional de produtos agrícolas.

A negociação do acordo é conduzida pelos governos dos Estados Unidos e da União Européia, onde estão sediadas as maiores transnacionais de insumos agrícolas e alimentos do mundo. Esse acordo não foi negociado democraticamente entre todos os países: foi construído entre Estados Unidos e União Européia por volta de 1992/93, que depois foi apresentado aos demais para aprovação.

Os acordos de livre comércio criam regras para que as grandes empresas transnacionais possam fazer negócios e gerar lucro sem nenhum tipo de obstáculo, passando por cima de soberanias nacionais, dos direitos das pessoas e do meio ambiente. Por isso o confronto com o "livre comércio" e com o poder das empresas transnacionais é hoje um ponto comum fundamental das lutas dos povos, principalmente na América Latina e na Ásia. A "liberalização do comércio" é uma estratégia central do neoliberalismo que os movimentos sociais do mundo inteiro estão combatendo desde a metade da década de 1990. As mulheres são protagonistas da resistência nas comunidades e regiões e é importante que estejamos atentas ao avanço das negociações de liberalização comercial em várias frentes.



MUDAR A SOCIEDADE COM A LUTA DAS MULHERES

As mulheres desenvolvem experiências na produção de alimentos e plantas medicinais, na valorização da produção para auto-consumo, no resgate da cultura alimentar e do valor cultural dos alimentos e a relação entre saúde e o consumo de alimentos saudáveis. As mulheres adquiriram, na história da humanidade, certos conhecimentos e habilidades que devem ser valorizados: não porque são características "naturais" das mulheres, mas como uma forma de produção da vida a serem compartilhadas e praticadas por toda a sociedade, tanto pelas mulheres como pelos homens.

O modelo neoliberal de exploração da classe trabalhadora está baseado em desigualdades de gênero, raça e etnia, combinadas em um só sistema de dominação. Diminuir a desigualdade não será um simples resultado do crescimento econômico como o que promete o modelo agro-exportador. Pelo contrário, a igualdade deve ser o princípio e o motor de um florescimento econômico baseado nas necessidades e na dignidade das pessoas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, e decidido de forma soberana e democrática.

A partir da experiência e da luta das mulheres por autonomia e igualdade, podemos propor uma sociedade baseada em políticas

de distribuição das riquezas e do trabalho. As mulheres são sujeitos, independente de suas famílias. É preciso romper os círculos de dependência e subordinação econômica e pessoal. A relação com o meio ambiente deve ser considerada de forma compartilhada para contribuir com o bem-estar e a igualdade entre as pessoas, e não uma coisa a ser patenteada, vendida e comprada. O trabalho reprodutivo desqualificado na sociedade e atribuído às mulheres deve ser reconhecido e socializado de forma não hierárquica entre todos e todas e pelo Estado.

A alimentação tem a ver com esse trabalho de cuidado e com escolhas políticas. As decisões sobre o que e como comer, cultivar, distribuir e preparar, não são apenas domésticas, mas comunitárias, nacionais e internacionais. Essa é parte da luta pela soberania e dignidade dos

povos e comunidades. Para os movimentos do campo, a luta pela Soberania Alimentar como um direito coletivo expressa as reivindicações de reconhecimento do papel das comunidades e culturas camponesas e indígenas e da pequena produção na economia da vida. Soberania Alimentar é uma luta por reforma agrária, por priorizar a produção local para a alimentação da população e garantir o acesso das camponesas e das sem-terra à terra, à água, às sementes e ao crédito.

Para mudar o mundo e gerar alternativas ao livre comércio, devemos lutar pela autonomia das mulheres. Isso se faz em termos de emprego, igualdade salarial, acesso à terra, às condições de produzir, à moradia, à educação. Também é um objetivo que se relaciona com a autonomia do corpo, aos direitos reprodutivos, à saúde integral, à sexualidade e à vida sem violência.



Arquivo SOF

MULHERES EM MOVIMENTO MUDAM O MUNDO!

Material produzido pela SOF Sempre Viva Organização Feminista. Julho de 2006
www.sof.org.br - sof@sof.org.br - (11) 3819-3876
Fotos de Eduardo Seidl
Apoio: OXFAM



POR SOBERANIA ALIMENTAR E REFORMA AGRÁRIA

LUTAMOS CONTRA O PODER DAS TRANSNACIONAIS E POR SOBERANIA ALIMENTAR, QUE É O DIREITO DOS POVOS A COMER, CULTIVAR, DISTRIBUIR E PREPARAR OS ALIMENTOS COM AUTONOMIA, COMO DECIDIREM, SEM DEVER NADA A NINGUÉM. NAS POLÍTICAS DE LIVRE COMÉRCIO, A ALIMENTAÇÃO É APENAS MAIS UMA MERCADORIA, E NÃO UM DIREITO. AS MULHERES PRODUZEM ENTRE 60% E 80% DOS ALIMENTOS NOS PAÍSES POBRES E A METADE DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALIMENTOS. LUTAR CONTRA A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO DAS MULHERES É FUNDAMENTAL PARA AS LUTAS CAMPONESAS POR SOBERANIA ALIMENTAR.

AS MULHERES DIZEM NÃO À TIRANIA DO LIVRE COMÉRCIO



LIVRE COMÉRCIO: JOGOS DE PODER EM NOME DO MERCADO



como o Brasil, entram nas negociações defendendo a idéia de que o país vai crescer e se desenvolver exportando produtos e competindo livremente num mercado sem nenhum tipo de barreira. Essa idéia é enganosa.

Em primeiro lugar, o mercado internacional de produtos da agricultura não é livre, mas dominado por grandes empresas capitalistas que têm relações com governos: o mercado é determinado por relações de poder político, econômico e militar.

Regras de liberalização para os pobres e políticas de subsídio para os ricos tornam-se lei no Acordo sobre Agricultura da OMC.

Ao mesmo tempo que impede a maioria dos países de criarem políticas para apoiar a produção camponesa e o abastecimento do mercado nacional, liberam o jogo para as superpotências controlarem o mercado de todo o mundo.

O problema é que os preços dos produtos agrícolas das transnacionais, com a ajuda dos governos dos Estados Unidos e da União Européia, chegam ao mercado internacional com preços inferiores ao custo de produção, com os quais nenhuma pequena produção, em nenhum outro país, consegue competir. Isso vira regra nos tratados de livre comércio e na OMC.

Os Estados Unidos, por exemplo, vendem o trigo a preços equivalentes a 35% do custo de produção e sua distribuição pelo mundo tem forte impacto nos hábitos alimentares. Vemos

isto aqui no Brasil, quando muitas pessoas deixam de comer mandioca, cusuz, tapioca, broa de milho e pão de queijo no café da manhã para comer pão de trigo. O trigo dos EUA chega às nossas cozinhas, na forma de alimentos processados (pães, biscoitos, massas), mais facilmente do que a mandioca produzida no nosso estado. E ainda chega acompanhada de forte propaganda ideológica. A entrada massiva de produtos importados destrói os sistemas locais de produção e estreita a nossa cultura alimentar.

De maneira geral, o objetivo dos EUA e da União Européia com o acordo sobre agricultura da OMC é fazer com que o preço dos produtos exportados pelos países da América Latina, Ásia e África caia cada vez mais. E, no entanto, muitos governos dessas regiões defendem os projetos nacionais de desenvolvimento baseados em exportações.



EMPRESAS CONTROLANDO A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO

O capital, para garantir lucros cada vez maiores, precisa controlar de uma ponta à outra os processos de produção e consumo dos alimentos. No início e no final do circuito, das sementes à comercialização dos alimentos processados, o poder se concentra em poucas empresas transnacionais.

- Em 2005 as 10 maiores empresas produtoras de sementes controlavam quase 50% do mercado, sendo a maior delas a Monsanto. O mercado de sementes foi crescendo junto com a agricultura industrial: primeiro com as sementes melhoradas e tratadas com fungicidas, agora com as sementes modificadas em laboratório para resistir aos agrotóxicos ou produzir plantas estéreis. O projeto destas empresas é controlar as sementes a tal ponto que elas só germinem se

utilizados agroquímicos produzidos pela empresa. Esta tecnologia é conhecida como "terminator".

- A venda no varejo de alimentos cada vez mais é realizada pelos grandes supermercados. Os 10 maiores controlam 24% do mercado mundial. O primeiro, a empresa estadunidense Wall Mart controla 8% e já é o 3º maior do Brasil. O Wall Mart é conhecido por impor um padrão de relação de trabalho: sem direitos, sem férias, sem regulamentação de jornada; obedecendo somente a variação de ritmo e volume de entregas. O Wall Mart compra seus produtos em qualquer parte do mundo onde for mais vantajoso, onde forem mais barateados pela exploração do meio ambiente e do trabalho das mulheres.

O QUE AS MUDANÇAS NA AGRICULTURA TÊM A VER COM AS MULHERES?

Entender como o trabalho das mulheres do campo é explorado é importante para que possamos ver como a organização da sociedade sob as regras de mercado só é possível porque o machismo faz parte dos mecanismos de dominação do capitalismo. Quem lucra com essa forma global de dominação são as grandes empresas transnacionais que, para expandir seus negócios, precisam controlar nossas vidas.

Basta ver que as indústrias agrícolas que produzem para a exportação exploram cada vez mais o trabalho das mulheres, num ritmo cada vez mais intenso. As mulheres são a principal mão-de-obra na indústria de exportação de produtos "exóticos", como flores, frutas e castanhas. Um problema que atinge as mulheres em toda a América Latina.

Os países da América Latina só exportam dois dos produtos mais

lucrativos no mercado (bebidas alcoólicas e tecidos). As exportações que mais crescem são produtos não processados, cujo preço está caindo e que dependem muito mais da exploração do meio ambiente e de mão-de-obra não qualificada.

É importante vermos, nesse contexto, que além de ter uma dimensão ideológica e cultural, a desigualdade entre homens e mulheres também é parte da organização da economia. A divisão sexual do trabalho é uma forma de controle que faz parte dos mecanismos de reprodução do capital.

A Colômbia é o segundo maior país de exportação de flores no mundo e 95% da produção é exportada. Quase 70% da mão-de-obra são mulheres, na maioria jovens de 20 a 35 anos. Segundo o discurso das empresas, as mulheres são preferidas por sua

maior produtividade e seu cuidado no cultivo e na seleção das flores. Mas outras razões são importantes: as mulheres aceitam trabalhar por baixos salários, na insegurança, porque elas têm ainda menos possibilidades de empregos que os homens. Como mão-de-obra barata e "flexível", as mulheres constituem a vantagem principal da floricultura colombiana no mercado internacional. Especialmente para as que são chefes dos lares, os pequenos salários são muito importantes, quase sempre como a única renda da família. A jornada normal é de oito horas. Mas durante a estação de alta produção as mulheres devem trabalhar horas extras, e normalmente não são pagas por isso. Reclamações, tentativas de organização das trabalhadoras, gravidez e doenças causadas pelas próprias condições de trabalho são motivos para demissão.

AGRONEGÓCIO E EXPORTAÇÃO UM MODELO DE DESIGUALDADE

A agricultura de exportação também se sustenta no modelo de desigualdade dentro de cada país. Na agricultura essa desigualdade é marcada pelo latifúndio, pela monocultura, pela produção de tipo industrial, pelo uso de produtos químicos e insumos comercializados pelas próprias transnacionais.

Esse modelo, como o da indústria da soja e do eucalipto no Brasil, é o que mantém os latifúndios, em nome do agronegócio. No caso da soja, a cadeia produtiva é controlada pelas mesmas grandes empresas que financiam os insumos e equipamentos e compram a produção. Como controlam também a comercialização, definem os preços pagos aos agricultores,

criando um ciclo de dependência na qual as empresas ficam com o lucro e os pequenos agricultores têm que pagar por qualquer perda nas safras. Toda a produção nacional de soja é comprada por meia dúzia de empresas: as transnacionais Cargill, Bunge e ADM, além da Coimbra, Maggi e Caramuru Alimentos.

A monocultura de soja emprega pouca mão-de-obra: 10 trabalhadores (4 fixos e 6 temporários) para cada 1.000 hectares. A agricultura camponesa e familiar emprega 10 pessoas a cada 50 – 100 hectares. As práticas de grilagem e ameaças são freqüentes e expulsam habitantes das regiões de expansão da soja: indígenas, posseiros e comunidades tradicionais perdem suas terras e têm que ir para a cidade, para

beiras de estrada ou lugares distantes.

As máquinas dos plantadores de soja podem desmatar 50 hectares em uma noite. As paisagens se alteram e a vida das comunidades também: jovens e vizinhos vão embora, os agrotóxicos envenenam as pessoas, criam novas doenças nos animais e nas plantações.

As escolas rurais na região de Santarém, no Pará, têm que suspender as aulas quando são feitas aplicações de agrotóxicos, por causa do cheiro forte. As criações e plantações são contaminadas. As mulheres perdem os quintais, as árvores frutíferas e galinhas e assim também um pouco da sua independência. A soja emprega geralmente homens, vindos de regiões distantes. Cresce o negócio

da prostituição, alimentado pela pobreza das mulheres e famílias. A pressão é tão grande que muitas comunidades desaparecem.

Hoje, no mundo todo comunidades vão perdendo suas terras, seu conhecimento e seus recursos naturais que passam a ser controlados por empresas transnacionais. Essas empresas, desde a semente até a comercialização do alimento processado, trazem consigo um modelo econômico e tecnológico de exploração, baseado na destruição ambiental, no desperdício energético e na expulsão de milhares de agricultoras e agricultores do campo. Mesmo que seja "bem sucedida" a exportação só traz lucro para uma pequena elite de proprietários e para as empresas transnacionais.

VANTAGENS DA AGRO-INDÚSTRIA: MACHISMO PARA EXPORTAÇÃO

A divisão é baseada na desqualificação e na invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres. Na agricultura, quando há troca de dias de trabalho, um dia de trabalho de um homem vale dois dias de trabalho de uma mulher. Também quando as mulheres vão para o mercado de trabalho essa visão se reproduz. Elas são consideradas mais adaptadas a desempenhar alguns serviços, por exemplo na agro-indústria de exportação de frutas, por serem cuidadosas, pacientes, disciplinadas, terem mãos ágeis, etc. Mas isso é visto como característica natural das mulheres e não é remunerado como uma qualificação do seu trabalho.

As mulheres ganham menos que os homens para fazer os mesmos trabalhos. As mulheres, mais do que os homens, são pagas por produção e não por horas de serviço.

Mesmo desenvolvendo importantes atividades relacionadas à alimentação da família, à produção de alimentos e na relação com o meio ambiente, as mulheres geralmente não são percebidas e nem valorizadas enquanto construtoras da agricultura. Por serem responsabilizadas socialmente pelas famílias, por seu conhecimento dos usos das plantas e alimentos, por seu conhecimento do território, por sua capacidade de construir redes sociais de mobilização e

resistência, as mulheres estão na mira das transnacionais.

Em uma sociedade machista e de mercado, as mulheres são consideradas as únicas responsáveis pelo bem-estar das pessoas, por cuidar das crianças e de doentes, por gerar as condições de vida de suas famílias. Quanto mais cresce a situação de miséria, mais se fortalece a idéia de que o lugar das mulheres na sociedade é a gestão da precariedade no lar. Quanto mais se responsabiliza a mulher pelo cuidado como se fosse um problema privado de cada uma, mais fica escondida a dimensão pública, política e coletiva do bem-estar das pessoas e comunidades.